



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
**GABINETE DO MINISTRO**  
Assessoria Especial do Ministro  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "F", Ed. Sede, 5º andar, Sala 548  
Brasília - DF / CEP 70059-900  
Fones: (+55 61) 317-6896/317-6785 - Fax (+55 61) 224 0814  
[internacional@mte.gov.br](mailto:internacional@mte.gov.br)

## **V Reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)**

Realizou-se, em 08 de março de 2006, no Ministério do Trabalho e Emprego, a V Reunião Tripartite de Relações Internacionais, cujos trabalhos foram inaugurados pelo Presidente da Comissão, Dr. Nilton Freitas, que em seguida procedeu a apresentação dos participantes conforme lista anexa.

2. O Dr. Lourenço Ferreira do Prado pediu a palavra para, referindo-se ao ponto da pauta relativo a eleição do Presidente da CTRI, informar que no âmbito da OIT os governos presidem as comissões e reuniões e os demais Grupos, as Vice-Presidências respectivas.
3. Inspirada nesse modelo exitoso, a representação dos Trabalhadores na CTRI propôs que a Comissão permanecesse presidida por Representante do MTE, sendo criadas as Coordenações do Grupo Trabalhador e do Grupo Empregador.
4. Submetida à aprovação, a proposta foi acolhida por consenso.
5. Ato contínuo, também por consenso, o Dr. Nilton Freitas foi mantido na Presidência da CTRI.
6. O procedimento seguinte será a mudança no parágrafo único do Regimento Interno da Comissão e que as providências neste sentido ficarão a cargo da Assessoria Internacional.
7. Informou-se, também, que até junho do presente ano ocupará a Vice-Presidência do grupo dos Trabalhadores, o Dr. Lourenço Ferreira e que o Dr. Luiz Carlos Mota a assumirá após a realização da Conferência. Previu-se que até a data de 28 de março, o MTE receberia a indicação de nome do Vice-Presidente dos empregadores, imediatamente após consulta pelo Grupo Empregador.
8. Como próximo ponto, procedeu-se a escolha de um Relator para a revisão do texto e posterior envio aos membros. Os empregadores propuseram que a relatoria ficasse a cargo do Governo e que uma primeira versão da memória seja submetida aos Vice-Presidentes dos Empregadores e Trabalhadores antes que seja circulada aos demais. Como relator, escolheu-se o Coordenador de Assuntos Internacionais, Dr. Sérgio Paixão. Tal medida também constará do novo Regimento Interno que será submetido à aprovação na próxima reunião.
9. Em seguida, por iniciativa do MTE/CTRI, foi feita uma homenagem à mulher trabalhadora brasileira na pessoa da Dra. Nair Goulart, representante da classe trabalhadora brasileira no Conselho de Administração, por ocasião do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. A Dra. Laís Abramo, Diretora do Escritório Regional da OIT no Brasil, fez a entrega de uma placa comemorativa e em pronunciamento, exaltou as conquistas e a qualidades da mulher trabalhadora brasileira. A Dra. Nair recebeu a homenagem com agradecimento em nome das mulheres brasileiras, que apesar de ainda vítimas de todo tipo de violência e injustiças sociais, segue batalhando por seus direitos e pela conquista de desafios.

10. Neste ponto, Dr. Nilton Freitas informou que no contexto da Imigração, inseriu-se o aspecto gênero nos levantamentos e estatísticas do Governo Federal relativa aos trabalhadores imigrantes.

11. Seguindo a pauta, o Dr. Marco Antônio Gurtler apresentou a parte referente ao site do MTE na qual podem ser consultados os relatórios de viagem dos servidores do Ministério. Informou, ainda, que o servidor deverá preencher o relatório após cada viagem realizada para que sejam disponibilizadas ao público em geral, as informações sobre as atividades desenvolvidas após determinada missão no exterior, com a finalidade de dar maior transparência e visibilidade às ações no âmbito do Ministério.

12. Seguidamente, o Dr. Raimundo Kappel apresentou relatório sobre os trabalhos da Comissão da Convenção nº 185 sobre Documento de Identidade dos Marítimos. Sobre este, informou que o Governo sempre foi favorável à ratificação da mesma apenas com a ressalva de que será necessário fazer alguns ajustes de ordem procedimental e tecnológicos. Foram distribuídas cópias do relatório assinado entre os presentes e informou-se que o instrumento já havia sido encaminhado ao Gabinete do Ministro Marinho, que deverá enviá-lo ao Ministério das Relações Exteriores para posterior tramitação junto à Casa Civil e submissão ao Congresso Nacional.

13. Seguindo a pauta, Dra. Vera Albuquerque procedeu apresentação de um detalhado relatório sobre os trabalhos da Conferência, em que exaltou a alta qualidade técnica e política e o nível de integração por parte dos integrantes da Delegação brasileira indicada ao evento. Ressaltou como importante resultado pela participação brasileira, a ocupação estratégica de assentos de destaque no âmbito da Conferência, como sua eleição para Presidente da Comissão de Seleção, além de haver integrado a Comissão de Organização dos Trabalhos. Destacou, ainda, o convite feito pelo Presidente da Conferência para que o Brasil ocupasse a cadeira junto ao Conselho "Friends of the President".

14. Constatou-se, ainda, que a Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte (ITF) considera o Delegado trabalhador brasileiro um dos formadores de opinião dentro do setor marítimo, em que, por ocasião das falhas lingüísticas no âmbito do GRULAC, o Brasil passou a coordenar a apresentação de emendas, conseguindo alterações no texto da Convenção. Citou, também, o trabalho coordenado junto ao Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Geral da OIT.

15. Segundo a Dra. Vera, o resultado da norma, que deve ser considerada em caráter inovador, foi amplamente satisfatório. Por maioria absoluta foi aprovada a Convenção com o respaldo de 106 países, totalizando cerca de 1.135 participantes. Sobre as disposições complementares, informou que estas foram fruto de extenso e trabalhoso processo e espera-se que seja uma Declaração de Direitos dos marítimos. Com a ratificação de 30 membros, que representam um terço da frota mundial, espera-se que passados um ano, ela entre em vigor.

16. Comentou, ainda, que com relação às partes obrigatória e não obrigatória, estas podem ser objeto de emenda. Quanto às exceções aos países, destacou o aspecto com relação ao tamanho dos navios em que, unidades navais de navios de guerra não serão cobertos pela Convenção, exceção para navios pequenos que não façam viagens internacionais. Buscou-se evitar que as normas entrem em conflito com as normas da Organização Marítima Internacional (OIM), o que justifica o texto consideravelmente longo.

17. Foi distribuída a parte geral da norma aos presentes e a Dra. Vera destacou que o objetivo é que possa ser ratificada e muito bem aplicada, em que o Brasil tem plenas condições de ratificá-la, considerando as normas da SST em matéria de trabalho marítimo. Informou, ainda, que em termos de Brasil, temos alcançado a possibilidade de que navios *substandart* ingressem

nos portos brasileiros e espera-se que o país seja o quarto pilar para os marítimos, junto com as convenções da IMO. Manifestou que há uma grande expectativa de impulsos nos diálogos tripartite e social em cada país.

18. Apresentou a seguir os principais aspectos a serem observados pela indústria da construção e os aspectos da SST já contemplados pelo Brasil. Finalizou mencionando que durante a Conferência houve a aprovação de 17 Resoluções, entre as quais a promoção da nova Convenção 185; sobre um manual para inspeção dos portos, entre tantas outras.

19. O Comandante Severino Almeida Filho agradeceu o convite para participar da reunião e apresentou a visão dos trabalhadores sob os aspectos referentes à Convenção em matéria política. A Conferência, na visão do Comandante, deve ser considerada um dos momentos chaves da organização. Inicialmente, citou a expectativa de impossibilidade de conclusão dos trabalhos, o que foi amplamente superado pelos expressivos índices de participação e votação alcançados na Reunião. Para o Dr. Severino, é preciso que o Brasil aproveite o momento, pois é inegável que o setor marítimo detém um privilegiado espaço. Para os marítimos, a ratificação da Convenção deve ser uma prioridade na agenda do Governo, com a instalação de uma comissão marítima paritária. Destacou que a Convenção marítima foi resultado de um longo trabalho acompanhado pela inspeção do trabalho e aproveitou a oportunidade para elogiar a participação do Comandante Vidigal na Conferência.

20. Segundo o Dr. Nilton Freitas, desde a reunião preparatória na CONTTMAF, debateu-se exaustivamente a participação brasileira na Conferência, razão pela qual atribui o sucesso da participação brasileira ao evento. Sobre a questão dos navios abandonados, chamou a atenção do caso “Neptunia”, abandonado pelo armador ainda ocupado por seus tripulantes. Sobre este aspecto, destacou as dificuldades de procedimento em repatriar os tripulantes e recuperar o referido navio, situação agravada pela falta de normatividade sobre o assunto.

21. Pelo Dr. Lourenço, em 2005, quando o Ministério consultou os trabalhadores, houve uma aceitação tácita de que a representação dos trabalhadores fosse feita pela CONTTMAF.

22. Para o Dr. Raimundo Kappel, é clara problemática referente à questão dos portos e isso demandará um grande exercício por parte do Governo brasileiro, a começar pelos procedimentos que expõe uma deficiência no resgate de navios e trabalhadores à deriva. Para o Dr. Kappel, há uma necessidade de que sejam pré-estabelecidos os procedimentos governamentais sobre o assunto.

23. Segundo o Dr. Nilton Freitas, é necessário que se divulgue a nova norma e o que a realização da última Conferência marítima representou. Destacou, ainda, que após a distribuição da referida convenção, será o momento de aportar a contribuição brasileira ao tema e dar início aos estudos para análise da Convenção.

24. Seguindo a pauta, houve um informativo sobre a realização, em Brasília, no próximo mês de maio, da XVI Reunião Regional Americana (RRA) da OIT, em que o Dr. Nilton Freitas, a Dra. Laís Abramo e o Dr. José Carlos Ferreira, da OIT, informaram aos presentes o procedimentos e medidas adotadas para a realização da Reunião Regional Americana e a mesma constitui-se um evento da OIT no Brasil. A Dra. Laís citou que será apresentado um relatório de resultados do encontro e a proposta de uma Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD). Informou-se que em reuniões preparatórias, houve consultas aos representantes de empregadores para o tema da referida Agenda, atualmente com os trabalhadores em Lima. No Brasil prevê-se, ainda, o lançamento do Relatório Global sobre o Trabalho Infantil e o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavía, pretende lançá-lo no Brasil, haja visto os avanços do país neste campo.

25. Destacou-se, também, que a agenda hemisférica será uma oportuna proposta para a implementação das agendas nacionais de trabalho decente em cada país.

26. Dr. João Vaccari indicou aos presentes, que há reclamações por parte do movimento sindical, inclusive com relação à escolha de Brasília como sede da RRA, em que há pouca consulta por parte da OIT junto aos grupos de trabalhadores e empregadores. Dr. Vaccari defendeu que a consulta deva ser feita também sobre as grandes decisões.

27. Sobre este aspecto, a Dra. Laís Abramo esclareceu alguns pontos em que, como dito, a RRA segue rigorosos procedimentos estabelecidos pela OIT nos mesmos moldes da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), cabendo as decisões ao Conselho de Administração.

28. Sobre a data e local da reunião, as questões foram discutidas no âmbito do Conselho de Administração da OIT, e por se tratar de reunião regional, é onde se apresentam os resultados dos trabalhos desenvolvidos na região. Para a próxima reunião, será discutida a Agenda Hemisférica.

29. Sobre as consultas, Dra. Laís informou que optou-se por um certo tipo de consulta, em que o grupo de trabalhadores da OIT decidiu quem participaria da reunião, escolhendo, ainda, as delegações e o espaço de discussão na própria OIT.

30. O Dr. Nilton Freitas informou, ainda, que está prevista a participação das representações de empregadores e trabalhadores e que no dia 06 de maio, será realizado um Seminário sobre HIV/AIDS no local de trabalho, com apoio da OPAS e a Coordenação OIT.

31. Sobre a presença do Presidente Lula à RRA, informou-se que está prevista para a abertura do evento (dia 03/05, às 11 horas) e, em um coquetel que deverá coincidir com a inauguração da Memória do Trabalho. O MTE se colocou à disposição para a preparação da Delegação brasileira ao evento, a exemplo das demais Conferências.

32. A título de informação e decisão, submeteu-se aos presentes o Parecer da Câmara Setorial Permanente de Negociação no Setor Público, sobre a Convenção nº. 151, que se manifestou favorável a ratificação da mesma.

33. O Dr. Nilton Freitas informou que o MTE procedeu a análise da Convenção nº. 150 e nada nele contido impede a ratificação da mesma. Segundo o Dr. Raimundo Kappel, houve comprometimento em elaborar um instrumento de entendimento interno sobre o que seja assessoria aos empregadores e trabalhadores, devidamente regulamentados. Citou, ainda, que poderia ser feita consulta a outros países sobre a aplicação da citada norma.

34. O Dr. Paulo Sabóia, expressou que deveria ser considerado que não há ratificação expressiva das Normas Internacionais pelos países centrais e que os países em desenvolvimento deveriam se utilizar de cautela haja visto que temos ratificado diversas convenções que têm sido usadas frente aos países vizinhos como instrumento de pressão. As demais dos Trabalhadores e Empregadores consideram não haver inconvenientes para a ratificação do instrumento.

35. O Dr. Nilton Freitas informou que o compromisso do Governo brasileiro tem sido pela promoção da ratificação de convenções.

36. Houve consenso entre os membros da Comissão e esta aprovou o encaminhamento do referidos instrumentos ao Congresso Nacional para ratificação. Para tanto, o MTE deverá em breve encaminhar os mesmos ao MRE para envio à Casa Civil e posterior submissão ao Congresso Nacional.

37. Seguindo a pauta, houve consulta sobre a Agenda Nacional de Trabalho Decente apresentada pela Dra. Laís Abramo.

39. Segundo a Dra. Laís, no âmbito da Agenda Global de Trabalho Decente, o Governo brasileiro aprovou a elaboração de Programas Nacionais de Trabalho Decente, que foram definidos de acordo com as prioridades nacionais. O Memorando de Entendimento entre a OIT e o Governo brasileiro estabeleceu a elaboração de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, que foi colocada para discussão, onde foram definidas linhas de compromisso sem que pense, neste primeiro momento, em um Programa propriamente dito.

40. A Dra. Laís apresentou os antecedentes do documento, a noção de trabalho decente na agenda política internacional e regional, considerando os eventos onde foram abordadas às questões relativas ao trabalho decente, e sua definição como prioridade política. Em sua apresentação, colocou a resolução da ONU sobre os objetivos do emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. A IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, reiterou o compromisso dos 34 chefes de Estado em combater a fome e as desigualdade social, reconhecendo o trabalho decente como meio para alcançar os objetivos de erradicação da pobreza. Apresentou as prioridades do documento e as referidas linhas de ação (vide anexa apresentação em *powerpoint*).

41. Após a apresentação da OIT, a SDS informou que participou de várias oficinas e considera o Programa aceito e pertinente. A Sra. Nair Goulart considerou fundamental a adoção da Agenda por parte do Governo brasileiro, para que tenhamos meios para acompanhá-la, dando um passo importante rumo aos esperados resultados. Outro importante passo, foi aceitação de compromissos também por parte da sociedade brasileira, quanto ao combate à discriminação, em especial relativo às mulheres negras, às pessoas com deficiência e às mulheres de idade avançada (mulheres maiores de 30 anos).

42. A Dra. Lúcia Rondon indagou a respeito das Oficinas sobre GRPE para organizações de trabalhadores. Sobre o documento em questão, informou que vê problemas com relação à redação e aspectos políticos, jurídicos e técnicos. Propôs a criação de Grupos Técnicos para a elaboração de um documento inicial. Manifestou impossibilidade de considerar aprovada a ANTD, devido divergências pontuais de redação, não de fundo.

38. Entretanto, a Dra. Lúcia Rondon considerou que deveria ter havido reuniões tripartites para a preparação do documento, bem como um processo de consulta.

43. Dr. Paulo Sabóia parabenizou o trabalho apresentado, mencionou a dificuldade de entender a globalização justa e destacou a importância de o Brasil mostrar-se um exemplo sobre o tema. Para ele, um Brasil de grande concentração de renda, a discussão de uma agenda nacional de trabalho decente é mais que necessária para inserir o Brasil num processo verdadeiro de desenvolvimento social. Citou, ainda, o DIEESE e manifestou a importância em se inserir no documento a facilidade de acesso aos financiamentos públicos. Considera importante que o documento seja uma agenda viva, suscetível de aperfeiçoamentos.

44. Dr. Lourenço considerou a estratégia da OIT uma complexa operação, mas considera que há pontos em que não há consenso junto ao movimento sindical, como o Conselho Nacional de Relações de Trabalho. Um outro aspecto polêmico é sobre a Convenção nº 87.

45. Dr. Nilton Freitas fez questão de lembrar que o documento é fruto de um esforço conjunto entre a OIT, o MTE e vários Ministérios e que é preciso destacar que foi cumprida uma etapa relevante no desenvolvimento de uma estratégia do trabalho decente e a crescente importância que ganha o tema trabalho. Recordou, ainda, que foi um compromisso assumido

pelos Presidentes da região por ocasião da Cúpula de Mar del Plata. No âmbito da CTRI, informou que serão consideradas as colocações dos empregadores e trabalhadores na consolidação de compromissos.

46. Quanto ao texto, informou que o mesmo será ajustado de forma dinâmica, contemplando temas importantes como o Diálogo Social, por exemplo, como no caso de fóruns anteriormente criados e que vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Determinou, por fim, que eventuais manifestações quanto ao documento, relativos ao mérito ou à redação, fossem enviadas por escrito ao MTE, até o dia 31 de março de 2006.

47. Segundo a Dra. Milena Souto, a forma como os países tratarão a questão do trabalho decente ampliará nosso entendimento sobre como estes se comprometerão em cumpri-la.

48. Segundo o Dr. Raimundo Kappel, o pressuposto da Agenda não é mais a definição de conceitos apenas, mas a efetiva aplicação do trabalho decente, e que este processo por si sempre gerará divergências que formarão a base do diálogo entre as partes com o fim de alcançar, dentro do possível, um consenso pela construção de uma nova concepção.

49. Sobre o fato do possível vínculo do trabalho decente às barreiras alfandegárias, o Secretário Igor lembrou que em 1994 foi lançada a ALCA e a última cúpula foi versada em cima da temática do trabalho decente, que tem sido alvo de atenção cuidadosa.

50. Dr. Wagner solicitou que a viagem à CIT fosse feita no dia 28 de maio, para que possa chegar a tempo para os trabalhos das comissões.

51. Cogitou-se a possibilidade de realização de uma reunião preparatória já no mês de abril e uma outra no dia 19 de maio, com vistas a harmonização de informações.

52. Finalizada às 14h00, definiu-se como data para a realização da próxima reunião, o mês de setembro de 2006.

Brasília, 20 de março de 2006.

**Assessoria para Assuntos Internacionais**  
Ministério do Trabalho e Emprego

- Anexo I** – Lista de presença
- Anexo II** – Apresentação da OIT sobre a ANTD
- Anexo III** – Apresentação sobre a 94ª CIT (marítima), Genebra, 2006
- Anexo IV** – Informações sobre a 95ª CIT
- Anexo V** – Apresentação da ASSINT sobre a página para relatórios de viagem